



COTIDIANO ESCOLAR DE CRIANÇAS EM CONDIÇÕES “ESPECIAIS”

Rhanielli Benelli Silva¹,
Elson Marcolino da Silva²,
Gleiciely Oliveira Cardoso³,
Hellen Mariany Abrão de Freitas⁴,
Sâmella Campos Popolin Silva⁵

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás/
CCSEH/Anápolis-GO, rhanielli.b.s@gmail.com¹;

Docente, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis-GO²;

Graduanda em Pedagogia, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis-GO³;

Graduanda em Pedagogia, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis-GO⁴;

Graduanda em Pedagogia, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis-GO⁵.

RESUMO: A partir de discussões teórico-empíricas é que surgiu a realização desta investigação qualitativa, desenvolvida no segundo semestre de 2013. Com esse estudo, procurou-se compreender o cotidiano escolar de crianças em condições “especiais”, com foco na atuação metodológica do professor em sala de aula. A fundamentação teórica apoiou-se, especialmente, em Bueno (1999), Mazzotta (1990), Portela e Adrião (2011), Sassaki (1997) e Boneti (1998). Para Bueno (1999), é importante se ter clareza em relação aos conceitos de integração e de inclusão, sobretudo quando o assunto é educação especial. Para Portela e Adrião (2011), a educação especial é uma modalidade da educação escolar brasileira destinada aos portadores de necessidades especiais educativas. Sassaki (1997) atesta que a inclusão é um movimento social de grande repercussão, que ganhou muita força a partir dos anos 90, e tem como pressuposto a igualdade entre os homens, ou seja, a luta contra qualquer forma de discriminação. Para Boneti (1988), excluir significa criar e perpetuar condições sociais que tornam permanente o ato de morrer. A realização do estudo possibilitou inferir que os professores ainda planejam e desenvolvem aulas dentro da noção pedagógica de padronização e hegemonização do ensino, desconsiderando as realidades e necessidade dos alunos portadores de necessidades educacionais. Por outro lado, os professores reconhecem a importância de subsidiarem seus trabalhos pedagógicos numa metodologia de acordo com as necessidades e capacidade de cada aluno, inclusive os portadores de necessidades especiais, trabalhando com atividades lúdicas e dentro das limitações que lhes são proporcionadas.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Educação especial. Docência.

INTRODUÇÃO

Este artigo traz parte das discussões teórico-empíricas que surgiram com a realização de uma investigação qualitativa desenvolvida no segundo semestre de 2013. Como objetivo, o estudo procurou compreender o cotidiano escolar de crianças em condições “especiais”, com foco na atuação metodológica do professor em sala de aula. Para atingir o objetivo proposto, delimitou-se a seguinte problemática: - Do ponto de vista metodológico, como os professores



ministram as aulas em turmas onde frequentam crianças com necessidades especiais? Nessas turmas, os professores adotam metodologias específicas para as crianças com necessidades especiais?

O presente trabalho configurou-se estudo de caso onde se delimitou, para a realização do trabalho empírico, uma escola pública municipal, localizada numa região periférica de Anápolis, sendo que nela se aplicou questionário semiestruturado. Em relação à fundamentação teórica, apoiou-se, especialmente, em Bueno (1999) e Portela e Adrião (2011).

Bueno (1999) fala sobre a importância de se ter clareza em relação aos conceitos de integração e de inclusão, sobretudo quando o assunto é educação especial. Segundo essa autora, a integração está relacionada com a alegação de que o “problema” surge nos perfis das crianças excepcionais. Já o conceito de inclusão se pauta no reconhecimento das distintas existências de suas particularidades e diferenças da criança, portadora de necessidades especiais.

Para Portela e Adrião (2011), a educação especial é uma modalidade da educação escolar brasileira destinada aos portadores de necessidades especiais educativas. Por ser uma modalidade da educação escolar brasileira, essa pode ser ofertada em todos os níveis de ensino. Segundo esses autores, a Educação Especial nos níveis Infantil e Fundamental é de responsabilidade dos municípios. Contudo, na medida em que a LDB 9394/96 instituiu que esses devem priorizar o Ensino Fundamental regular, isso tem permitido o entendimento de que as políticas educacionais para a Educação Especial devem ser secundarizadas.

A realização do estudo possibilitou inferir que os professores ainda planejam e desenvolvem aulas dentro da noção pedagógica de padronização e hegemonização do ensino, desconsiderando as realidades e necessidade dos alunos portadores de necessidades educacionais. Por outro lado, os professores reconhecem a importância de subsidiarem seus trabalhos pedagógicos numa metodologia de acordo com as necessidades e capacidade de cada aluno, inclusive os portadores de necessidades especiais, trabalhando com atividades lúdicas e dentro das limitações que lhes são proporcionadas.



DEFINIÇÃO E CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Em primeiro lugar, deve-se entender que a inclusão diz respeito a todos os alunos, pois os que estão inseridos dentro de um contexto regular de ensino têm o mesmo direito à educação de qualidade. Um dos grandes desafios da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais é a integração dessas pessoas como cidadãs, ou seja, com seus direitos e deveres impostos a cada um com a participação e a contribuição.

Mas, falando-se de inclusão, também se torna importante falar o que seria uma exclusão. Os alunos que são portadores de necessidades especiais são denominados como aqueles que não fazem parte do grupo, os que não aprendem. Podemos, então, chamar esses mesmos alunos de “alunos com exclusão”. Muitos educadores usam expressões que se referem a preconceito, fazendo, assim, com que esse aluno se sinta excluído de uma educação.

[...] excluir significa expulsar do mundo dominante, significa, literalmente, pôr para fora dos parâmetros e das normas que regem as relações sociais, é não apenas marginalizar e sim desconsiderar a existência humana. Excluir significa criar e perpetuar condições sociais que tornam permanente o ato de morrer. (BONETI, 1998, p. 15).

Portanto, torna-se importante entender que um aluno incluso não é apenas considerado tal somente por ter sua matrícula em uma escola “normal”; por isso, para se entender o que realmente torna um aluno portador de necessidades especiais incluso, devemos mencionar alguns pontos relevantes sobre o que é inclusão escolar, e como uma escola normal atende a esses alunos de forma inclusa.

Para muitos educadores, os alunos portadores de necessidades especiais têm sido considerados como alunos de inclusão, mas, para que um aluno seja incluso, ele deve se sentir efetivamente parte integrante do seu meio escolar, recebendo o respeito de todos que o cercam e sendo tratado como um indivíduo sujeito.

Um dos pontos a se reforçar aqui é um dos problemas que afetam a educação inclusiva, ou seja, o fato de que as escolas públicas como também as privadas não têm uma infraestrutura adequada para desenvolver projetos inclusivos, o que pode gerar um grande problema para o desenvolvimento afetivo desses alunos portadores de necessidades especiais.



Sassaki (1997) atesta que a inclusão é um movimento social de grande repercussão, que ganhou muita força a partir dos anos 90 e tem como pressuposto a igualdade entre os homens, ou seja, a luta contra qualquer forma de discriminação.

Para se obter uma educação inclusiva, cabe a cada um que está inserido na sociedade analisar suas críticas, tentando, assim, abolir qualquer forma de discriminação, eliminando as barreiras.

É a partir da mudança da sociedade em si que a educação inclusiva ganha espaço e começa a se concretizar de forma mais forte no contexto escolar.

De acordo com Mazzotta (2008), a inclusão consiste na convivência respeitosa de uns com os outros, sendo ela essencial para que cada indivíduo possa se constituir como pessoa ou sujeito e, assim, não venha a ser meramente equiparado a qualquer coisa ou objeto. Dessa forma, permite-se ao indivíduo ressignificar as relações dentro da escola, uma vez que as práticas inclusivas implicam no reconhecimento da diversidade e permitem agir em direção à mais ampla igualdade de oportunidades, possibilitando ao sujeito uma participação ativa e seu acesso a todos os âmbitos da sociedade.

Entende-se, então, que a escola deve se adaptar às necessidades de seus alunos, de modo que venha a oferecer-lhe diferentes meios de aprendizagem e avaliação, garantindo, assim, que nenhum aluno venha a sofrer exclusão. Logo, para que o processo educacional excludente seja revertido, é preciso que o papel da escola seja repensado, buscando-se uma educação justa.

Segundo Bueno (1999), a integração tinha uma alegação de que o problema surge nos perfis das crianças excepcionais. A inclusão se dava no reconhecimento nas distintas existências de suas particularidades, suas diferenças.

Bueno (1999) também discute sobre a educação especial a partir de fases. Para essa autora, as fases da Educação Especial constituem-se em: da exclusão, da segregação e da integração.

Fase da exclusão: No século XIX, as pessoas com deficiência ou com qualquer condição eram excluídas da sociedade e eram desmerecedoras de uma educação escolar;



Fase da segregação: No século XX, há o início de preocupação com deficientes, tendo um atendimento apenas dentro de grandes instituições, sendo-lhes fornecidas também classes de alfabetização. A partir da década de 1950, surgem escolas especiais para portadores de necessidades especiais, mas, diante do crescimento e da procura, as classes especiais vão para dentro de escolas comuns;

Fase da integração: A partir da década de 1970, nas escolas comuns há uma maior aceitação das pessoas com deficiência, sem a restrição de uma sala apenas para elas, mas aquelas que não se adaptavam às salas comuns eram excluídas do sistema escolar;

Fase da Inclusão: A partir da década de 1980, 1990 e no século XIX, onde a meta passa a adaptar o sistema escolar às necessidades dos alunos portadores de necessidades especiais.

A Declaração de Salamanca, realizada em 1994, tratava sobre os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais. Segundo Bueno (1999), a inclusão que era proposta na declaração de Salamanca considerava que, em um passe de mágica, apenas ao inserir em sala o aluno portador de necessidades especiais, os problemas se resolveriam, pois ele estaria em uma mesma sala de aula com crianças normais, garantindo-lhe a democratização do acesso à educação.

A Educação Especial tem sido de pouca ajuda para o progresso da qualidade e da ampliação de oportunidades de inclusão social do aluno que lhe é encaminhado.

A educação inclusiva só será concreta se avaliar as reais condições que possibilitam uma inclusão gradativa e contínua, sistemática e planejada de alunos portadores de necessidades educacionais especiais nos sistemas de ensino. Sem qualquer apoio ou assistência aos ensinamentos regulares, pode-se chegar a um fracasso.

Grande parte dos professores de ensino regular não é capacitada para trabalhar com crianças portadoras de deficiência e a maioria dos professores de Educação Especial não seria de grande ajuda para com o desenvolvimento do ensino regular.

Os professores de Educação Especial, ao trabalharem em conjunto com professores do ensino regular, demonstram que as dificuldades do aluno portador de necessidades especiais precisam ser encaradas com mais especificidade, considerando-se, então, que suas dificuldades são sempre superiores às dos demais alunos, caracterizando sempre a diferença entre eles.



É necessário, assim, que os professores sejam capazes de enxergar, analisar e criticar o processo pedagógico de forma ampla e abrangente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi realizada com professores de uma escola da rede municipal de Anápolis em seu ambiente de trabalho no horário de intervalo. Os entrevistados foram do sexo feminino, com idades entre 30 e 40 anos, que atuam na educação básica (1ª a 8ª ano), são efetivos em seus cargos, com uma experiência de didática de, no mínimo, 10 anos (média de 12,5 anos).

O turno pesquisado foi o vespertino, a participação da pesquisa foi voluntária. Após o esclarecimento sobre os objetivos da pesquisa e a assinatura do termo livre esclarecido; não houve omissão de nenhum professor. A escola atende à comunidade e possui alguns alunos portadores de necessidades especiais. Todos os entrevistados afirmavam ter experiência de atuação de, no mínimo, 2 anos.

Ao construirmos o questionário, elaboramos três questões que envolveram o tema da pesquisa. A primeira questão foi em relação à participação do professor entrevistado em algum tipo de curso docente na área da educação especial. Apenas um professor respondeu positivamente, os outros dois não participaram de nenhum curso referente à educação especial.

Outra questão foi em relação ao planejamento das aulas, se nele havia alguma metodologia específica para os alunos portadores de necessidades especiais. Todos os professores entrevistados responderam a essa questão positivamente. Os Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental (1998, p. 43) afirmam que “o planejamento é organizado de modo que contenha atividades amplas com diferentes níveis de dificuldades e de realização”.

Os professores aplicavam uma metodologia de acordo com as necessidades e capacidade de cada aluno, trabalhando sempre com atividades lúdicas e dentro das limitações que lhes eram proporcionadas. Os PCN`s: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental (1998, p. 21) falam que “nas instituições escolares, cujo projeto, organização e



prática pedagógica devem respeitar a diversidade dos alunos, a exigir diferenciações nos atos pedagógicos que contemplem as necessidades educacionais de todos. ”.

A última questão tinha relação à resposta da questão anterior; se esta fosse positiva, o professor deveria descrever resumidamente uma de suas metodologias usadas para os alunos “especiais”. O professor 1 respondeu que a sua metodologia varia de acordo com os alunos e as suas necessidades; ele afirmou que, com o aluno especial que há em sua sala, ele trabalha com blocos pedagógicos, alinhavo, quebra-cabeças com peças grandes, jogo da memória, atividades de colorir que incentivam a coordenação motora e giz de cera.

Os PCN`s: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental (1998, p. 42) dizem que “a seleção, a adaptação e a utilização dos recursos materiais, equipamentos e mobiliários realizam-se de modo que favoreçam a aprendizagem de todos os alunos”. Sendo assim, entendemos que é importante o professor selecionar o material a ser utilizado em sala de aula, levando em consideração as necessidades especiais do seu aluno com algum tipo de deficiência, como também, que esse material favoreça a aprendizagem dos alunos ditos “normais”.

O professor 2 respondeu que trabalha a atividade da turma de acordo com a capacidade do aluno especial, por exemplo: enquanto a turma monta o nome com o alfabeto móvel, ele propõe que o aluno especial encontre a primeira letra do seu nome.

O professor 3 respondeu que, quando é necessário, ele aplica metodologias diferenciadas. Ele afirma que, atualmente, em sua sala, há uma aluna com deficiência visual. O professor diz que em uma aula ministrada por ele, com o objetivo de desenvolver a coordenação motora, enquanto a turma pulava corda, cantando músicas, a aluna especial pulava apenas “cobrinha” (faziam zigzag com a corda no chão) para que ela pulasse sem se machucar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste trabalho tinham como objetivo verificar como é o cotidiano escolar de crianças portadoras de necessidades especiais, com um foco maior no professor.



Dessa forma, levantaram-se as questões: Como um professor de ensino regular se organiza diante de um aluno portador de necessidades especiais? Como o governo se porta diante dessa dificuldade do professor, oferecendo cursos de capacitação a todos os professores ou apenas propõe um professor de Educação Especial como auxiliar?

Os professores entrevistados disseram fazer um preparo para a aula, buscando novos métodos para a melhor aprendizagem do aluno, sempre levando em consideração o conhecimento prévio desse aluno. Os outros não faziam nenhuma discriminação, pelo contrário, estão sempre a disposição querendo ajudar o máximo possível.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental**. Secretaria de Educação Especial. – Brasília : MEC /SEF/SEESP, 1998. 62 p.
- BONETI, Lindomar Wessler. Estado e exclusão social hoje. In: ZARTH, Paulo Afonso. **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Edunijuí, 1998. p. 9-44. (Coleção Ciências Sociais).
- BUENO, José Geraldo Silveira: Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? 1999. Disponível em: http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista5numero1pdf/r5_art01.pdf. Acesso em 06/02/2014.
- MANTOAN, Maria Tereza E. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Scipione, 2009.
- MAZZOTTA, M. **Fundamentos da educação especial**. São Paulo: Pioneira, 1990.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Thereza (Orgs.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades**. São Paulo: Xamã, 2011.
- PINHEIRO, Odinéa Quartieri Ferreira e CARVALHO, Erenice Natália Soares de Carvalho. **Educar na diversidade: a inclusão do aluno no contexto**. Ed. Brasília: CETEB, 2007. V. 01. 62p.
- SASSAKI, R. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.